

**VIVA O POVO BRASILEIRO:
INTERFACE ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA**

Celeste Maria Pacheco de Andrade¹
Tháise Araújo da Silva²

Resumo: este artigo analisa a figura dos negros no Brasil através da representação literária do romance *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro. O romance apresenta a formação das raízes do povo brasileiro, recontando e estabelecendo uma crítica à história do país. Nessa perspectiva, analisa-se as marcas ficcionais e históricas que caracterizam o negro no romance, estabelecendo a relação intertextual por meio dos episódios romanescos com os fatos históricos do país. A estrutura metodológica aplicada está fundamentada em pesquisas bibliográficas. Dentre os teóricos, temos: Baccega (2007), Bernd (2001), Chaves (1991), Hutcheon (1991), Lucas (1995), Olivieri-Godet (2009) e Pesavento (2004).

Palavras-chave: literatura; *Viva o povo brasileiro*; negro; história.

**AN INVINCIBLE MEMORY:
INTERFACE BETWEEN LITERATURE AND HISTORY**

Abstract: this article analyzes the figure of blacks in Brazil, through the literary representation of the novel *An invincible memory* (1984), by João Ubaldo Ribeiro. The novel presents the formation of the roots of the Brazilian people, retelling and criticizing the country's history. From this perspective, it analyzes the fictional and historical landmarks that characterize black people in the novel, establishing the intertextual relationship through the novelistic episodes with the historical facts of the country. The applied methodological framework is based on bibliographic research. Among theorists, we have: Baccega (2007), Bernd (2001), Chaves (1991), Hutcheon (1991), Lucas (1995), Olivieri-Godet (2009) e Pesavento (2004).

Keywords: Literature; *An invincible memory*; Black; History.

¹ Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999). Professora adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do Corpo Docente Permanente do Programa de Pós-graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) e do Programa de Pós-Graduação em História: História, Cultura e Práticas Sociais (UNEB). Membro do Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários - Mestrado da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

² Mestre em Estudos Literários (2015) pela UEFS (2015). Professora de língua portuguesa da Faculdade Regional de Riachão do Jacuípe (FARJ).

A literatura brasileira passou a fomentar reflexões do mundo social a partir do século XIX e, através do Realismo, movimento literário que tem por característica principal a abordagem de temas sociais, marcados por uma linguagem política e de denúncia dos problemas. Daí por diante a produção literária se apresenta como instância refletora de transformações sociais e históricas. Nesse sentido, a ficção adota um sistema de interpretação dos fatos, particularidade que provoca através da leitura de determinadas obras, debates e discussões sobre acontecimentos e etapas decisivas da história do país. É a partir dessa reflexão que se estabelece o vínculo entre literatura e sociedade, pois os autores, por meio da narrativa, exprimem a sociedade através da criação de personagens, de um espaço e de uma linguagem que emergem da imaginação.

A versão da ficção sobre episódios reais consegue estabelecer a impressão de semelhança entre os personagens e personalidades históricas, artifício que faz o leitor do texto literário identificar referenciais da realidade, pois a narrativa com que se depara apresenta a “reescrita” do passado em um novo contexto, característica que promove a estreita relação entre Literatura e História, e nos faz entender que o texto histórico alimenta o texto ficcional, e vice-versa.

Ao estudarmos história, procuramos conhecer como se deram as transformações das sociedades ao longo do tempo e compreender de que forma o passado influenciou na construção do presente. A história diz respeito aos acontecimentos do cotidiano no tempo e em uma dada sociedade, enquanto a literatura representa os fatos históricos reconstruídos a partir da interpretação e da imaginação do escritor sobre eles.

Terry Eagleton (2003) desenvolve a ideia de que não podemos estabelecer um conceito definido e específico sobre a Literatura. O autor indica várias definições sobre a linguagem, as palavras e o discurso utilizados na Literatura, mas, logo depois, desconstruindo o que havia dito, apresenta contrassensos sobre as afirmativas. Nesse sentido, podemos dizer que a Literatura, dentre os diversos conceitos que lhe são atribuídos, é a palavra com arte, a arte verbal, a linguagem diferenciada, em que o autor, dotado de uma sensibilidade aguçada, utiliza-se de subsídios para captar a realidade e transportá-la para o universo ficcional, imputando um novo significado por intermédio

de uma linguagem que seleciona de forma criativa os códigos adequados. Conforme Hutcheon (1991, p. 122) , “O que a escrita pós-moderna da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado”.

Tanto a Literatura quanto a História utilizam-se de artifícios da linguagem, dos signos linguísticos revelados através de um tipo específico de discurso para construir suas respectivas narrativas. Segundo Maria Aparecida Baccega (2007), o texto histórico tem por objetivo trazer o passado ao presente; reviver o passado apresentando os fatos, restaurando-os, restauração que só será possível por meio do discurso. Já a literatura “não é o discurso do ‘aconteceu’, é o discurso do jogo de possibilidades; ela não busca o ‘efeito de real’, ela é o ‘outro real’” (BACCEGA, 2007, p. 86). Logo, a literatura apropria-se de outros discursos para apresentar possibilidades históricas. Entretanto, aquilo que se manifesta por meio do texto literário é influenciado pelo momento social em que o escritor do texto literário está inserido. Em vista disso, não há como negar que a produção literária sofre influências ideológicas constituídas por determinado período histórico, conforme nos diz Eagleton (1976), ao afirmar que a obra literária está imersa na ideologia que se apresenta artisticamente ao leitor.

Múltiplas diferenças distinguem o texto histórico do literário, visto que o primeiro precisa constatar a veracidade dos fatos por meio de documentos e fontes confiáveis que surgem a partir da seleção de materiais, pesquisas e documentos escritos (quando existem). Por essa razão é que o historiador é um pesquisador que se dedica a descrever os fatos reconstituindo o cotidiano de determinada época. Já o escritor de narrativas ficcionais, que, assim como o historiador, é também um pesquisador de realidades, não necessita comprovar coisa alguma. Antes, incorpora os dados a fim de proporcionar uma sensação de verificabilidade ao mundo ficcional. Nessa perspectiva, tanto as produções historiográficas quanto as literárias são formas de discursos usados para retratar acontecimentos do real.

A ficção permite que os personagens representem temas considerados insígnias da história, possibilitando a integração dos fatos em um universo amplo e repleto de representações com novas maneiras de pensá-los, além de motivar questionamentos de algumas “verdades”. O texto ficcional concebe uma versão dos episódios a partir do olhar de um observador privilegiado – o escritor. Assim, segundo Sevcenko (2003, p.

30), “A literatura [...] fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram”. Desse modo, a obra literária debruça-se sobre um determinado período e o apresenta sob uma nova visão do tempo que toma como referência.

É assim que, no decorrer deste capítulo, são feitas reflexões sobre a relação entre Literatura e História no romance *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro, com o objetivo de analisar as marcas ficcionais e históricas que caracterizam o romance, obra que faz parte da prosa política pós-moderna, além de apresentar contextos sociais que possibilitam elaborar diálogos entre literatura e história que só poderão ser compreendidos quando se tem o conhecimento do contexto em que ambas estão inseridas. Desse ponto de vista, João Ubaldo Ribeiro, escritor baiano, que envolvia em seus enredos temas sociais com engajamento político e por meio de uma linguagem neo-barroca, representa em *Viva o povo brasileiro* fatos que abarcam trezentos e trinta anos da História do Brasil, na tentativa de polemizar e desmitificar episódios que marcaram o país. É a partir desse aspecto que se estabelece a inter-relação entre literatura e história, além de demonstrar uma das importantes funções do poder da representação: facilitar a compreensão dos acontecimentos durante a trajetória histórica do Brasil. A narrativa apresenta o processo histórico da construção do país, exposição capaz de modificar nossa concepção do passado através dos fatos selecionados e representados pelo romance.

Em *Viva o povo brasileiro*, a representação da história do Brasil é definida num tempo que se estende de 26 de dezembro de 1647 a 7 de janeiro de 1977. O romance tem vinte capítulos, cada um titulado por datas acompanhadas pelos nomes de localidades ficcionalizadas que são exibidos “num espaço ficcional que se apropria das características de uma realidade geográfica”, conforme Olivieri-Godet (2009, p. 62). Os títulos são expostos com o nome de cidades da Bahia e outras regiões do Brasil e do mundo, exceto o capítulo de abertura do romance, que não expõe referências temporais nem espaciais. Os múltiplos eventos datados historicamente e exibidos pelos capítulos apresentam-se de forma irregular, ou seja, não seguem uma linearidade temporal, artifício que proporciona ao texto criar “dobras históricas”: o que vem antes se encontra com o que vem depois, e o que vem depois se encontra com o que vem antes. Um dos exemplos desse rompimento linear é visível no último capítulo do romance: “São Paulo, 25 de maio de 1972”. No entanto, no mesmo capítulo há o subtítulo seguinte: “Estância

hidromineral de Itaparica, 10 de março de 1939”. Desse modo, a estrutura narrativa entrelaça-se com uma enorme diversidade de temporalidades e de eventos, o que faz o narrador ir ao passado e ao futuro sem obedecer às ordens do tempo cronológico. Isso faz Rita Olivieri-Godet (2009, p. 42) afirmar que a estrutura do texto se apresenta em uma sequência de ordem/desordem que “nos seus avanços e recuos no tempo, recusa a ordenação das sequências narrativas”. Tal processo faz com que passado, presente e futuro se encontrem, como acontece com as memórias guardadas na canastra da Irmandade do povo brasileiro, numa condensação simbólica de embricamento temporal com os segredos do passado e do futuro revelados no presente das personagens. Logo, *Viva o povo brasileiro* encena diálogos entre os tempos: dentro de um tempo maior existe um tempo menor, pois a narrativa ubaldiana não adota uma forma cronológica de “contar a história”.

Das quase setecentas páginas, os quarenta e nove episódios de que se compõem, quarenta e quatro exibem ações que se desenvolvem no século XIX. O ano ao qual o romance dedica mais espaço é o de 1827, quando é fundada a Irmandade do povo brasileiro, a partir de cenas que se passam na Ilha de Itaparica, Bahia. O enredo – composto por uma diversidade de personagens negros, brancos, mestiços, índios, portugueses, holandeses, escravos e senhores – revela a sociedade brasileira em duas perspectivas: os dominantes, representados pelas elites, e os dominados, representados pelos negros escravos. A narrativa acompanha a trajetória das personagens, que têm em comum os traços da negritude e os efeitos do regime escravista, além de descrever experiências, aprendizagens e transformações da vida do povo brasileiro.

A dimensão de reflexão social sobre a releitura da formação da sociedade brasileira que *Viva o povo brasileiro* manifesta nos faz atentar para o lugar de onde fala João Ubaldo Ribeiro. Segundo Rita Olivieri-Godet (2009, p. 19-20),

é desse lugar que ele emite sua fala, é do Nordeste do Brasil que sua voz se faz ouvir, para fazer uma reflexão sobre a relação do homem com o mundo [...] João Ubaldo Ribeiro utiliza todos os recursos da intertextualidade para fazer com que seu texto fale por intermédio de uma outra fala da qual se apropria.

É com base no lugar de onde Ubaldo fala e daquilo de que se apropria, que a narrativa ubaldiana expressa o estreito vínculo entre a arte e a sociedade, com a

presença de inúmeras personagens em distintos espaços, de diferentes classes sociais, com culturas distintas, que falam de sua própria história, exibindo sua visão particular do que seja pátria. Além disso, aponta características que revelam a obra como uma revisão sistemática de todos os discursos de autoridade que excluem a cultura das classes populares e uma consequente reordenação deste mesmo universo a partir da ótica dos excluídos. João Ubaldo está imerso no sistema contra o qual fala; a crítica é feita de dentro do sistema cultural, e não de um lugar inteiramente externo. O lugar escolhido por Ubaldo permite observar a formação cultural, identitária, social, política e histórica do Brasil, promovendo debates através da leitura do romance com o processo de rediscussão do país.

Viva o povo brasileiro apropria-se de um discurso ficcional sobre outro discurso, o histórico. No entanto, a ficção, diferentemente da história, não tem a pretensão de esclarecer verdades ou explicar fatos relevantes. Ela incita a crítica e a reflexão, dialogando criticamente com o passado, isso porque, conforme Fischer (1970, p. 121),

para a verdade da arte, a realidade externa é irrelevante. A arte cria sua própria realidade, em cujo interior a verdade e perfeição da beleza constituem o infinito refinamento dela mesma. A história é muito diferente. É uma busca empírica de verdades externas, e das verdades externas melhores, mais completas e mais profundas, numa relação de máxima correspondência com a realidade absoluta dos acontecimentos do passado.

É nessa perspectiva de realidades criadas pela Literatura que *Viva o povo brasileiro* transforma, por meio da linguagem, a historiografia em arte. Isso só é possível porque a narrativa literária dispõe de maior riqueza de diversidade discursiva e recursos estilísticos do que a historiográfica. O romance representa a partir de dados históricos: as invasões holandesas, a independência da Bahia, o regime escravista e sua abolição, a proclamação da República, o golpe de 1964 e uma nova versão sobre a catequese, como se pode observar no seguinte trecho:

Quando os padres chegaram, declarou-se grande surto de milagres, portentos e ressurreições. Construíram a capela, fizeram a consagração [...] Levantaram as imagens nos altares [...] Depois da doutrina das mulheres, que então eram arrebanhadas para aprender a tecer e fiar para fazer os panos com que agora enrolavam os corpos, seguia-se a doutrina dos homens, sabendo-se que mulheres e homens precisam de doutrinas diferentes. [...] Na doutrina da tarde, às vezes se ensinava a aprisionar em desenhos intermináveis a língua até então falada na aldeia, como consequência de que, pouco mais tarde, os padres

mostravam como usar apropriadamente essa língua, corrigindo erros e impropriedades. (RIBEIRO, 1984, p. 34)

O trecho do romance em destaque intertextualiza-se com a chegada dos jesuítas ao Brasil e sua respectiva missão de pregar a fé católica e realizar um trabalho educativo com os indígenas, já que seria impossível a conversão destes ao cristianismo sem que antes soubessem ler e escrever. Esses são alguns dos exemplos dentre os muitos capítulos da história do Brasil que o texto ficcional incorpora. *Viva o povo brasileiro* expõe contrapontos entre a versão oficial contada pelos livros didáticos e aquela exposta pelos dominados, uma vez que apresenta uma versão contrária às abordagens históricas tradicionais em que se ressaltam as marcas do etnocentrismo que, segundo Bhabha (1998), prendia o colonizador a suas próprias incoerências, alimentadas pelo desejo de poder, que não permitia ver o sujeito oprimido de outra forma senão devido às indissolúveis certezas embasadas nos estigmas atribuídos ao Outro. Nesse sentido, a ficção brasileira do século XX, da qual o romance ubaldiano faz parte, está mais preocupada em evitar que os erros e injustiças contra o povo brasileiro se repitam do que com a simples paródia ou rememoração do passado. Em vista disso, Silviano Santiago (1982, p. 29) afirma que a função social do romance “é a de proporcionar um espaço crítico [...] tentando levantar problemas de classes ou de grupos marginalizados pelo processo neocapitalista e repressivo brasileiro”. Vemos, portanto, sob essa perspectiva, que Ubaldo utiliza o livro como veículo de reflexões sobre os problemas sociais do país “que cai nas mãos de quem está consciente da arbitrariedade e da injustiça e nada pode fazer [...] ou cai nas mãos de um leitor ágil politicamente, que por sua vez já conhece os problemas e fatos dramatizados” (SANTIAGO, 1982, p. 29), transformando o texto em uma espécie de apoio incentivador ao desejo de justiça.

Alguns estudiosos costumam classificar *Viva o povo brasileiro* como um romance histórico, pelo fato de este representar, em toda a extensão da narrativa, uma grande quantidade de episódios consagrados da história brasileira. No entanto, João Ubaldo Ribeiro discorda dessa definição ao dizer que

Viva o povo brasileiro é considerado por muitos um romance histórico. Eu não acho que eu escrevi um romance histórico, eu acho, pelo menos no tempo que eu aprendi, que eu lia o Paulo Setúbal, [...] um escritor pernambucano que escrevia romances históricos sobre a época de Maurício de Nassau, do tempo dos vice-reis, etc. O romance histórico conta um episódio da história do país que está nos livros, nos textos historiográficos, mas que já é uma história sabida. Ele está de

acordo, ele tá pondo fala, humanidade, cotidiano em personagens como D. Pedro, o Maurício de Nassau, e assim por diante. Eu não fiz nada disso. Eu fiz um romance que se passa, como qualquer romance, num determinado contexto histórico, só que esse muda de contexto, ele se desenrola em vários séculos, dois ou três séculos da história do Brasil; mas não é um romance histórico, eu não estava comprometido com nada do que aconteceu [...] os negros da senzala do Barão de Pirapuama, os escravos dele, costumam no meu livro reunir-se numa capoeira escura nas noites dos cafundós da ilha onde eles moravam. Isso não condiz com a história real do Brasil não, na verdade havia instruções, que eu saiba, instruções da época, recomendações da época para não se terem os mesmos escravos, das mesmas nações juntos, por eles serem diferentes, se detestavam entre si mais do que detestavam o branco. Então, para evitar harmonia, entrosamento entre os escravos de determinadas áreas se recomendava que usasse escravos de regiões diversas, para não fomentar a comunhão entre eles, a harmonização entre eles. E no meu livro isso é o contrário. (COMO, 2014)³

João Ubaldo Ribeiro não reescreve o que de fato aconteceu, mas utiliza-se do discurso como “uma reavaliação e um diálogo em relação ao passado à luz do presente”, conforme o que exposto por Hutcheon (1991, p. 39) acerca da metaficção histórica. Segundo Santiago (2002, p. 252), *Viva o povo brasileiro* fornece “subsídios em nada desprezíveis para melhorar o entendimento da história social, visto que o próprio objeto de estudo, a literatura, representa mimeticamente a estrutura da sociedade, fazendo com que a história possa ser concebida pelas trilhas da ficção.

Nessa perspectiva, Umberto Eco (1994, p. 125-126) apresenta duas versões sobre narrativa, a natural e a artificial:

A narrativa natural descreve fatos que ocorreram na realidade (ou que o narrador afirma, mentirosa ou erroneamente, que ocorreram na realidade). [...] A narrativa artificial é supostamente representada pela ficção, [...] sobre o universo real ou afirma dizer a verdade sobre o universo ficcional.

A ideia de Eco permite fazer uma relação com *Viva o povo brasileiro*, uma vez que João Ubaldo partiu da inspiração de fatos da realidade, ou seja, utilizou-se da narrativa natural mencionada por Umberto Eco para escrever uma narrativa artificial, aquela que descreve o “real” por meio das representações. Desse modo, com base nas descrições sobre as narrativas, podemos afirmar que há em *Viva o povo brasileiro*

3 João Ubaldo Ribeiro apresentou no ciclo de conferências “Vozes contemporâneas: a ficção”, a conferência: “Como eu escrevo”, coordenada pelo acadêmico Cícero Sandroni, no dia 29/04/2014, na Academia Brasileira de Letras, com considerações que demonstraram a razão pela qual *Viva o povo brasileiro* não é um romance histórico.

episódios da História do Brasil representados através do discurso ficcional. Em tal contexto, “Na ficção, as referências precisas ao mundo real são tão intimamente ligadas que, depois de passar algum tempo no mundo do romance e de misturar elementos ficcionais com referências à realidade, como se deve, o leitor já não sabe muito onde está” (ECO, 1994, p.131).

Nesse sentido, a ficção incorpora, por meio da assimilação, dados que proporcionam ao leitor a sensação de veracidade dos fatos, o que o leva até mesmo a acreditar que as personagens não estão apenas no universo ficcional, mas também no “mundo real”. Através da leitura do romance predomina a sensação de que nos encontramos diante de um “resumo histórico” da nação. A obra parece se transformar à medida que é lida, pois os leitores deparam-se com uma grande quantidade de episódios que permitem a intertextualidade com eventos consagrados da história brasileira. Entretanto, os sinais ficcionais se apresentam em uma estrutura e linguagem totalmente diferentes da estrutura do discurso encontrado na narrativa natural. Nessa lógica, Deleuze (1969, p. 2) nos mostra o poder da linguagem ao afirmar que é ela que tem a capacidade de “fixar os limites, mas é ela também que ultrapassa os limites”, o que possibilita entender que é a linguagem utilizada em *Viva o povo brasileiro* que separa e distingue as narrativas.

Se *Viva o povo brasileiro* não pode ser considerado um romance histórico, ele se encaixaria naquilo que se convencionou chamar de metaficção historiográfica, tendência que surgiu a partir do movimento pós-moderno, em que se tem o passado como referência, mas, sem imitá-lo, este é incorporado e modificado, recebendo sentidos novos e diferentes. Assim, a narrativa que segue os princípios da metaficção histórica realiza uma “repetição da prática com distância paródica crítica [...] da diferença no próprio âmago da semelhança”, conforme Hutcheon (1991, p. 47).

Segundo Hutcheon (1991), a metaficção historiográfica “incorpora a autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas, passa a ser a base para seu repensar e sua reelaboração das formas e dos conteúdos do passado” (HUTCHEON, 1991, p. 22). Nesse caso, a releitura que o romance faz do passado é uma particularidade dos textos pós-modernos, pois estes não realizam um retorno nostálgico, mas uma reavaliação crítica do passado. É dessa forma que o conjunto de textos se entrelaça e promove no romance um caráter auto-reflexivo sobre fatos e

personagens históricos. As narrativas metaficcional alteram o curso dos acontecimentos históricos representados na obra literária, ganhando uma nova roupagem, porque possibilita à ficção atribuir uma multidão de possibilidades divergentes da situação histórica. É por essa razão que o texto produzido pelo escritor pós-moderno não segue regras preestabelecidas, nem pode ser julgado segundo os predeterminantes que ao texto convencional se aplica. Assim, é possível afirmar que existe em *Viva o povo brasileiro* vários textos dentro de um texto plural em que acontece a

separação entre o literário e o histórico que hoje se contesta na teoria e na arte pós-modernas, e as recentes leituras críticas da história e da ficção têm se concentrado mais naquilo que as duas formas de escrita têm em comum do que em suas diferenças. Considera-se que as duas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva. (HUTCHEON, 1991, p. 141)

Desse modo, encontramos em *Viva o povo brasileiro* textos que se entrelaçam com conteúdos históricos presentes no romance. É a partir da intertextualidade identificada na obra literária que se dá a separação entre o literário e o histórico, bem como o ponto em comum existente entre as duas narrativas. Nesse sentido, o metaficcional e o historiográfico encontram-se nos intertextos do romance, nele se acrescentando os contextos cultural e histórico, como se percebe nos episódios narrados sobre a Guerra do Paraguai:

Mas estaria aqui mesmo, esse orixá? Que vinha fazer tão longe de seus terreiros e de seu povo [...] Zé Popó resolveu que estava pensando bobagens, dando corda demais ao pensamento. [...] Dia bonito, felizmente, dia claro, até podia dizer cheiroso. Mas os matos, que há nos matos? Se é Oxóssi nos matos, que faz ele nesses matos? [...] Zé Popó pulou para atender a um chamado do oficial e, a caminho, viu um grupo de soldados saindo às carreiras da floresta. [...] chiou e explodiu uma espécie de rojão, soou o toque de chamada ligeira, soldados formigaram de todos os cantos desfazendo os sarilhos como se fossem de palitos [...] os oficiais começaram a gritar [...]. (RIBEIRO, 1984, p. 383-384)

O trecho contém as manifestações sobrenaturais com a presença dos orixás reverenciados pelos negros africanos nos Terreiros de Candomblé de Itaparica⁴ que para

40 capítulo 14 de *Viva o povo brasileiro* destaca as crenças populares africanas, elementos da cultura popular brasileira frequentemente marginalizadas.

dar força e ajudar seus filhos durante a guerra, os acompanham durante a missão. Oxóssi, orixá da caça, das florestas, dos animais, da fartura e do sustento, ao perceber que muitos dos seus filhos estavam morrendo durante o combate, resolve pedir ajuda ao pai Xangô e a outros orixás para protegê-los, a fim de que os preceitos da religião africana fossem preservados, bem como para o cumprimento das obrigações e a continuidade dos sacrifícios. Oxóssi, após muita insistência, consegue convencer os demais orixás a participar da guerra. As entidades falam diretamente aos soldados, seus filhos, protegendo-os dos perigos durante as batalhas e dando coragem para enfrentar o medo. A data e local da guerra – “Acampamento de Tuiuti, 24 de maio de 1866” – remetem-nos aos fatos históricos. No entanto, os dados históricos que promovem efeitos de verossimilhança sofrerão a interferência do surgimento do maravilhoso por meio do plano de ação das divindades africanas do candomblé da Bahia, em que o mítico se sobrepõe ao histórico. Assim, ao final dos episódios da Guerra do Paraguai, a narrativa ficcional nos convence de que o Brasil só consegue vencer o conflito devido à participação dos orixás durante o combate. Nessa perspectiva, segundo Roger Bastide,

O negro não podia se defender materialmente contra o regime onde todos os direitos pertenciam aos brancos; refugiou-se, pois, nos valores místicos, os únicos que lhe podiam arrebatam. Foi ao combate com as únicas armas que lhe restavam, a magia de seus feiticeiros e o maná de suas divindades guerreiras. (Bastide, 1997, p. 96-97)

As armas sobrenaturais mencionadas por Bastide apresentam-se no decorrer da narrativa de *Viva o povo brasileiro* como uma das formas de resistência da negritude. Assim, a invocação aos orixás, a reverência aos seus deuses por meio de sacrifícios e cultos africanos serviam como refúgio, já que os negros não tinham outras alternativas de defesas. Apesar das torturas e condições desumanas que o sistema escravagista trazia aos escravos, as religiões também foram transportadas. Não morreram, atravessaram o Atlântico juntamente com os negros africanos. Assim, Ubaldo apropria-se da arte literária para reescrever, a partir do contexto histórico, uma “história” diferente do que se viu, em uma outra perspectiva, descrições que destacam o caráter criativo do texto literário. Este apresenta outras realidades a partir da realidade outrora existente, estratégia possível porque a ficção tem o poder de criar lugares, fatos e personagens próprios para cada momento histórico datado e comprovado através de documentos precisos e estudados cientificamente. Ou ainda pode dar continuidade a determinado

período, seguindo a ordem cronológica conhecida, todavia com aspectos totalmente diferentes daqueles registrados pelos historiadores.

Em *Viva o povo brasileiro* deparamos-nos com o registro da Guerra de Canudos (1896-1897), entrelaçada pela arte literária. Percebemos esse entrelaçamento quando Maria da Fé e a Irmandade do povo brasileiro surgem na narrativa ubaldiana como ativos combatentes contra a República, a favor de Antônio Conselheiro e do povo, com a intenção de lutar contra os poderes hegemônicos, promovendo, através do discurso, um embate ideológico. Esse é um dos momentos em que a narrativa ubaldiana desmitifica a versão histórica dos fatos sobre a população de Canudos, de que era um grupo de bandidos manipulados por um fanático, versão divulgada pela imprensa da época, em que se anunciam ideologias de ambas as classes sociais, expondo o processo de exclusão de uma sociedade desigual. Nesse contexto, a voz de Maria da Fé rompe com o silêncio de homens e mulheres que foram marginalizados, apresentando um posicionamento político revolucionário sintetizado pelo discurso da personagem ao se manifestar contra as ideologias do General Patrício Macário, encarregado de exterminar o povo de Canudos:

– Estamos aqui em missão oficial, com o objetivo de reprimir uma rebelião contra os integrantes da República. A República, uma conquista do povo brasileiro, [...]. Os senhores não devem fidelidade à Coroa de Bragança, como desobedientemente, sediciosamente professam, violando a lei e afrontando a autoridade [...].

– Não devemos nada a ninguém, todos nos devem! – disse uma voz de mulher vinda do canto escuro do salão. [...]

– Deixe estar - disse. – É dona Maria da Fé.

– O povo brasileiro não deve nada a ninguém, tenente.

[...] Que nos dá a República? Dá-nos mais pobreza. Que nos manda a República? Manda seu exército nos matar.

A história de vocês sempre foi de guerra contra o próprio povo de sua nação [...].

Aqui neste sertão, morrerão muitos desses heróis, mas o povo não morrerá, porque é impossível que o povo morra [...]. Vocês são traidores do seu povo e assim deveriam morrer. E vão morrer. [...], porque ainda não será esta expedição que esmagará o povo de Canudos. [...] Viva o povo brasileiro! Viva a nós! (RIBEIRO, 1984, p. 493-496).

No contexto da narrativa ubaldiana, a Literatura representa, através do discurso de Maria da Fé, o processo de formação do Brasil, que permite reflexões da imagem de uma nação dilacerada pelos conflitos sociais. Além de promover o diálogo com outras obras que reconstituem a guerra de Canudos, como, por exemplo, *Os Sertões* de

Euclides da Cunha (1902), *Tocaia Grande* de Jorge Amado (1984) e em outro romance ubaldiano, *Vila Real*. Essas narrativas destacam as ideias republicanas baseadas nos discursos da classe hegemônica, que inscrevia Canudos em um lugar fora da lei, desafiando a ordem, a civilização.

Nessa perspectiva, a fala de Maria da Fé expõe a visão do povo contra o ponto de vista colonialista; põe em cena as estratégias populares utilizadas como forma de resistência, indicando o processo de privatização da história, a seleção e exclusão de versões criadas por um único grupo que visava apenas a seus próprios interesses. Em vista disso, a Literatura desempenha uma função reflexiva concebida através do discurso de Maria da Fé, transformando o texto literário em um espaço que questiona as incoerências do sistema social, além de destacar o diálogo entre os acontecimentos da história do Brasil com os episódios que compõem a narrativa ficcional.

Naquele momento de revolta (1896-1897), os sertanejos, baianos e jagunços sofriam com o descaso dos governantes com relação aos grandes problemas sociais (fome, seca, miséria e violência) que afetavam os nordestinos, a população mais carente do Brasil. A violência oficial foi usada muitas vezes com exagero, na tentativa de calar aqueles que lutavam por direitos sociais e melhores condições de vida. A personagem defensora dos pobres e humilhados lutava por justiça, por aqueles que não tinham como se defender e reivindicar contra as desigualdades sociais. Através da retórica revolucionária em destaque nos trechos do romance, Maria da Fé demonstra que o poder de construir a mudança social está nas mãos do homem. Em diversas situações, ela se apresenta em favor do povo brasileiro com ações e discursos.

A narrativa seleciona, decompõe e transfere elementos do real para a trama ficcional, de maneira que entrelaça personagens, eventos e temporalidades. São diversos episódios históricos que a obra menciona, a exemplo da Revolta da Chibata (1910), do golpe militar de 1964, das greves de operários, da Segunda Guerra (1939-1945) e da Proclamação da República (1889), como exhibe o seguinte trecho:

Veio a República e ela pregou que tanto fazia como tanto fez, que nem rei nem presidente estava pensando no povo e podiam esperar até vida pior. Como de fato foi o que se viu depois, a seca piorando, as terras sendo tomadas dos pobres, a escravidão pior do que antes, o coronel mandando mais que o imperador de Roma, o povo de cabeça baixa, os despossuídos cada vez mais despossuídos e os possuídos cada vez

mais despossuídos, por isso se dizendo que a República trouxe a lei do Cão. (RIBEIRO, 1984, p. 456)

A esse respeito, Rita Olivieri-Godet (2009) afirma que os acontecimentos da história oficial do Brasil presentes no romance serão alvo de desconstrução crítica do escritor itaparicano, que não invoca uma valorização do passado, mas apresenta reflexões sobre os costumes vigentes das épocas. Podemos perceber que *Viva o povo brasileiro* fornece elementos substanciais na construção de uma versão dos fatos, trazendo consigo significações que serão entendidas quando devidamente analisada sua relação com o contexto histórico em que o romance foi produzido.

Em 1984, ano em que *Viva o povo brasileiro* foi publicado, os brasileiros foram às ruas para participar de manifestações pedindo eleição direta para presidente da República. Depois de vinte anos sem poder eleger seus representantes por causa da ditadura militar (1965-1984), a população brasileira, que viveu momentos de repressão, sem direito a liberdade, experimentava as possibilidades de uma abertura política ao participar do primeiro comício no dia 25 de janeiro de 1984 na Praça da Sé, em São Paulo, contando com mais de 300 mil pessoas. As reivindicações tiveram o apoio de vários políticos – Leonel Brizola, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, entre outros. A partir daí os comícios foram contagiando todo o país, a exemplo do comício na Candelária, em 10 de abril de 1984, no Rio de Janeiro. Depois desse, muitos outros aconteceram com grande número de manifestantes. No entanto, todos os esforços e lutas acabaram frustrados, pois no dia 25 de abril de 1984, a Emenda Constitucional nº 5 foi votada na Câmara dos Deputados e, para a tristeza da nação, não foi aprovada. O crescimento do movimento coincidiu com o da crise econômica enfrentada pelo país, promovendo a mobilização de alguns sindicatos. Com a repercussão nos meios de comunicação, essas manifestações se transformaram no movimento das Diretas Já! Nesse sentido, é importante destacar que a publicação do romance, nesse período revolucionário que o Brasil estava vivenciando, não poderia ser mais pertinente ao teor da obra. Por essa razão, acreditamos que o cenário repressivo vivenciado pela população brasileira naquela época pode ter influenciado João Ubaldo na escrita do romance.

Segundo Pesavento (2004), tanto a História quanto a Literatura são formas de explicar o presente e reinventar o passado, mas advertindo que a historiografia não

prescinde da imaginação, da subjetividade. O historiador, ao relatar determinados episódios do passado, a construção do seu texto é influenciada por aquilo que lhe foi contado, já que não esteve presente durante os acontecimentos. Logo, os fatos podem ser apenas versões – a descrição dos fatos depende da interpretação de quem leu a história. A esse respeito, Linda Hutcheon (1991, p. 142) afirma que “muitos historiadores utilizaram as técnicas da representação ficcional para criar versões imaginárias de seus mundos históricos e reais”. Podemos então considerar que as produções historiográficas não estão isentas dos artifícios da imaginação, e assim como a narrativa ficcional, a produção historiográfica está inserida em partes de uma realidade, instalada em um eixo delimitado por um espaço temporal que perpassa aspectos biográficos e sociais.

Em *Viva o povo brasileiro*, João Ubaldo nos faz pensar nas diversas funções da literatura, além de investir na forma engajada indissociável da invenção e imaginação relacionadas à história de seu povo e sua gente, estabelecendo o trânsito entre o mundo das personagens e o registro histórico fundamentado na realidade social. Em vista disso, Ubaldo apresenta, por meio da narrativa literária, um conjunto de aspectos sobre as reflexões causadas diante dos conhecimentos sobre a história do Brasil. Escreve algo em que se exhibe uma consciência do passado, em que a ficção reescreve os fatos históricos, criando um entrelaçado de informações disponibilizados pelos elementos históricos e literários que oferecem ao leitor uma maior quantidade de possibilidades de interpretação sobre o espaço social em que este está inserido.

A narrativa ubaldiana contrasta as diferentes ideologias definidas pelos opressores e pelos oprimidos, apresentando, dessa forma, alternadamente, a versão dos discursos, épocas e espaços que realizam a projeção de uma sociedade dividida por interesses de classes antagônicas. Ubaldo abre espaço para a pluralidade da memória coletiva⁵ em que dominantes e dominados inscrevem o texto de suas versões, fazendo

⁵ No que diz respeito à memória coletiva, Halbwachs afirma que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2006, p. 51). Desse modo, entende-se que a sucessão de lembranças pessoais de cada sujeito explica-se a partir das relações com os diversos meios coletivos de que faz parte enquanto integrante de um grupo. Nesse sentido, “a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de [...] indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo” (HALBWACHS, 2006, p. 51). Portanto, pode-se entender que a memória coletiva, segundo Halbwachs (2006), surge das relações sociais entre os indivíduos que influenciam na composição das lembranças pessoais dos membros de uma mesma sociedade. O grupo de que fez parte, as pessoas com quem conviveu e compartilhou experiências tornam-se testemunhas das reminiscências dos sujeitos.

surgir uma historiografia contrária à escrita pelas elites, a história reintegrada pela memória popular. Logo, o romance posiciona-se contra a história que silencia, que aprisiona; o seu enredo provoca reflexões sobre as angústias e agentes sociais, mesclando elementos da ficção com intermediações entre o real e os anseios coletivos.

Sendo assim, ao nos debruçarmos sobre a leitura de *Viva o povo brasileiro*, perceberemos que o aspecto social e histórico é a base central da produção ficcional. Nessa perspectiva, Pesavento (1995, p. 117) destaca que

a ficção não seria [...] o avesso do real, mas uma outra forma de captá-la, onde os limites da criação e fantasia são mais amplos do que aqueles permitidos ao historiador [...]. Para o historiador a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para ler nela é a representação que ela comporta [...] o que nela se resgata é a re-apresentação do mundo que comporta a forma narrativa.

Sendo assim, a Literatura atua como fonte histórica no sentido de que a representação do imaginário social é tão “real” quanto o fato em si. A história e a literatura apresentam-se como representações do mundo social. O que se deve entender é que cada uma tem sua forma específica de representação que permite realizar uma leitura ou um olhar diferenciado sobre as fontes. A literatura é então vista como mais uma fonte enriquecedora na construção do entendimento sobre a história, reservando um compromisso supremo com a verdade. Portanto, podemos então dizer que existe muito de história enquanto ciência na arte literária.

Referências

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavras e discurso: história e literatura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. Tradução Maria Eloisa Capellato e Olívia Krahenbuhl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renato Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

Sendo assim, entende-se que há em *Viva o Povo Brasileiro* personagens que se referem às lembranças, experiências singulares e inúmeras imagens que estão registradas como heranças da nossa história. Evidencia-se, dessa forma, o poderio que a memória coletiva desenvolve na luta pelo espaço social, situação que corrobora a desconstrução dos mecanismos de manipulação arquitetados pelo poder dominante, cujo objetivo é silenciar e ocultar verdades manejadas pelo jogo de interesses que regeram o país durante séculos.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1969.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Tradução Antônio S. Ribeiro. Porto: Afrontamento, 1976.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelo bosque da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FISCHER, David Hackett. **Falácias dos historiadores: uma lógica do Pensamento Histórico**. Nova Iorque: Harper & Row, 1970.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

OLIVIERI-GODET, Rita. **Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro**. Tradução Rita Olivieri-Godet e Regina Salgado. São Paulo: HUCITEC; Feira de Santana, BA: UEFS; Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

PESAVENTO, Sandra. **História e História cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra. Relação entre História e Literatura e Representação das Identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX). **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 4, dez. 1995.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

COMO eu escrevo. Conferência de João Ubaldo Ribeiro. **Ciclo de Conferências Vozes contemporâneas: a ficção**. 29 abr. 2014. Disponível em:< <http://www.academia.org.br/node/20166>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.